

Tecnologia e sensibilidade: como a mudança nas relações entre homens e animais influenciou o processo de abate e produção industrial de carne no Brasil

MAÍRA KAMINSKI DA FONSECA*

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de analisar, através da perspectiva da História Ambiental, a mudança de sensibilidade em relação aos animais, observada através das alterações nos processos de abate e produção de carne no país. A complexidade da relação entre humanos e não-humanos demanda uma análise interdisciplinar e igualmente complexa, que só pode ser alcançada através da utilização de uma teoria que permita uma discussão mais ampla, o que justifica o uso da História Ambiental, e de diferentes tipos de fontes. Portanto, serão analisados documentos que tratam da regulamentação desses processos, bem como relatórios técnicos e leis específicas, juntamente com reportagens e propagandas dispersas na mídia geral, e também na especializada. A mídia se torna interessante por ser grande formadora de opinião e um dos mais acessíveis meios de informação das massas populares. Sendo assim, faz-se importante perceber como os grandes jornais e revistas do país abordaram, ou não, temas como a modernização da produção e suas consequências para o bem-estar e ética animal, consumo e abstenção de carne, sendo possível assim, observar mudanças significativas na sensibilidade em relação aos animais no Brasil contemporâneo.¹

Palavras-chave: carne; sensibilidade; animais; tecnologia.

No Brasil, o debate a respeito da relação entre animais humanos e não-humanos² é ainda muito recente e isso se deve, em certa medida, aos processos também recentes de modernização das relações entre homens e animais, a partir da industrialização de alimentos. Segundo Juliana Vergueiro Gomes Dias, o país teve uma inserção tardia na produção de carne em escala industrial (DIAS, 2009, p. 35), o que adiou ainda mais as discussões acerca de bem estar e direito animal. Ainda segundo Dias, o primeiro decreto federal que abarcava essas questões só surgiu na década de 1930, mais especificamente, no ano de 1934. Foi a primeira vez que a legislação trouxe

* Mestranda do curso de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES.

¹ Esse trabalho está em fase inicial devido ao ingresso no curso de Pós –Graduação no início desse ano. É uma pequena parte do que pretende vir a ser a dissertação com projeto intitulado “Mudanças de sensibilidade na relação homem/animal a partir da produção e industrialização de carne no Brasil pós 1970”, portanto os resultados aqui propostos são de caráter preliminar, porém já nos dão uma base da discussão mais ampla que se pretende fazer no trabalho final do curso.

² A utilização do termo “animais humanos” acaba por mudar os sentidos simbólicos da separação homem/animal.

termos específicos sobre sciência animal na produção de carne, as palavras “sofrimento” e “maus-tratos” (Idem, p. 45). É a partir da década de 1970 que esse debate ganha mais força em terras nacionais, junto com o aumento de Associações de Defesa dos Animais.

O historiador Keith Thomas em sua conhecida obra “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” (2010) traz uma reflexão profunda sobre as transformações na percepção dos animais no cotidiano da sociedade inglesa dos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX. Thomas delinea toda a trajetória do pensamento sobre os animais, desde as concepções ligadas exclusivamente às questões religiosas até a rejeição da crueldade extrema. Após uma longa discussão sobre as práticas consideradas cruéis e seu gradual repúdio, o autor traz um capítulo essencial para entendermos o início sutil da alteração da sensibilidade para com os animais. “O destronamento do homem” (THOMAS, 2010, p. 235) tem seu prelúdio já no final do século XVII. Segundo o autor:

Em fins do século XVII, a própria tradição antropocêntrica sofria atenuada erosão. A aceitação explícita da ideia de que o mundo não existe somente para o homem pode ser considerada como umas das grandes revoluções no moderno pensamento ocidental, embora raros historiadores lhe tenham feito justiça. (p. 235).

Baseado na discussão que travou anteriormente, Thomas argumenta que o fato de tirar o caráter antropocêntrico da humanidade, destituiu de legitimidade que se maltrate desnecessariamente os animais, apesar da ideia de que eles foram feitos para servir o homem ainda fosse (e é) considerada uma verdade, mesmo que muitos pensadores tenham argumentado o oposto. O fato de serem descobertos animais e micro-organismos que vivem completamente independentes da vida humana acabou por destruir a “antiga ilusão antropocêntrica” (THOMAS, p.239). Evidentemente, para a maioria das pessoas, principalmente ligadas à religião, essa perspectiva estava fora de cogitação. Darwin causou desconforto ainda durante o século XIX ao trazer a teoria da evolução, mais um argumento que combate o antropocentrismo e a ideia de que todos os seres teriam sido criados por Deus somente para servir o homem (Idem, p. 240). Ainda que a empatia para com as criaturas tenha se alterado de lá pra cá, essa concepção continua sendo hegemônica nas sociedades ocidentais. Apesar de ser uma obra datada, e

trazer o tema como algo processual e homogêneo, com caráter de evolução constante, a discussão de Thomas serve como ponto de partida nas nossas argumentações posteriores.

A visão antropocêntrica que persiste até os dias atuais, influencia diretamente no consumo exacerbado de carne. Aliada à modernização da produção da mercadoria, e às transformações socioeconômicas do mundo ocidental como um todo, a ingestão de carne na segunda metade do século XX aumentou consideravelmente. Warren Dean (1996), ao falar da devastação da Mata Atlântica no Brasil, comenta sobre o “vício”³ do brasileiro em consumir carne bovina especialmente a partir do segundo governo Vargas, enfatizando-se nos anos 1960:

No início dos anos 60, o consumo anual per capita em São Paulo chegava a 51 quilos de carne de boi; no Rio de Janeiro, a 61 quilos. Embora esses totais fossem comparáveis aos padrões europeus da época, ocultavam uma enorme demanda reprimida, porque a ingestão de carne de boi, um hábito diário ou duplamente diário dos abastados, ainda não passava de um luxo de feriado para os pobres acostumados ao arroz com feijão. À medida que o desenvolvimento econômico aumentava marginalmente o poder aquisitivo da classe trabalhadora, o primeiro luxo adicionado ao cardápio era a carne de boi. (DEAN, 1996, p. 285).

Percebe-se, portanto, que o consumo de carne pode ser visto como uma “ascensão” social das classes mais baixas e a história social da alimentação no Brasil mostra interessantes insights nesse sentido, inclusive na atualidade⁴.

Uma reportagem da revista *Veja* de 1975 demonstra essa ideia de ascensão ao se consumir carne de maneira bem clara no senso comum do trabalhador. A matéria é sobre o valor do salário mínimo, um senhor é entrevistado e sua fala é a seguinte: “(...)Ainda assim diz que não consegue saldar regularmente as contas de luz – ‘só este mês foram 72 cruzeiros, para conseguir colocar carne na mesa eu sozinho teria de ganhar pelos meus cálculos uns 950 cruzeiros’” (VEJA, Ed. 348, 7 de maio de 1975, p. 93).

³ O termo é utilizado pelo autor.

⁴ Um exemplo é o texto CARNEIRO, Enrique S. Comida e Sociedade: Significados sociais na história da alimentação. Revista *Questões & Debates*. Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005

Do ponto de vista de uma história das sensibilidades contemporâneas sobre o hábito de comer carne no país, é importante notar que ao passo em que uma ascensão das classes sociais diretamente ligada à intensificação do consumo de produtos de origem agropecuária, diversas formas de resistência ao consumo desses produtos também passaram a ser observadas, bem como se intensificou, também, o debate sobre a própria industrialização animal.

Nesse sentido, ainda nos anos 1970, Peter Singer (2004) passou a catalisar as atenções para um debate sobre ética animal, que estava intimamente ligado tanto às atividades agropecuárias, como às atividades científicas e militares, por meio da publicação de “Libertação Animal”. Em 1975 podemos dizer que a discussão em torno das relações entre humanos e animais ainda era principiante no país, em meio às perspectivas desenvolvimentistas, então vigentes. A tradução de Singer só acontece no Brasil em 1990, mas, no período, é importante considerar a mudança de sensibilidades, inclusive apontada pelo próprio autor no prefácio à edição brasileira:

Reler o prefácio original deste livro é como retornar a um mundo semi-esquecido. Pessoas preocupadas com animais não me oferecem mais sanduíches de presunto. Nos grupos do movimento de Libertação Animal, os ativistas são, agora, todos vegetarianos; mas, mesmo no movimento mais conservador em defesa do bem-estar dos animais há alguma consciência da questão do consumo de carne. Os que ainda a consomem apresentam suas desculpas e, quando preparam refeições para outros, estão sempre prontos a oferecer alternativas. Há uma nova consciência sobre a necessidade de se estender a simpatia por cães e gatos a porcos, galinhas e até a ratos de laboratório. (SINGER, 2004).

Libertação Animal também é datado, assim como o livro de Keith Thomas (2010), e muito se avançou no debate, principalmente no que diz respeito às considerações acerca de “bem-estarismo” animal e de uma visão de valor intrínseco ao animal, e não só um valor dado pelo homem⁵, discussão que Singer não chega, porém é considerado o marco das discussões mundiais sobre ética, bem estar e crueldade para com os animais.

⁵ Trabalhos como o de Tom Regan (2004), Steven Wise (2004), Gary L. Francione (1995; 1996; 2000), já trazem novas perspectivas de debate, indo mais além ao trazer a teoria do abolicionismo animal, voltando para o direitos dos animais como seres sencientes e conscientes de suas próprias vidas

Em buscas rápidas em sites da internet, é possível observar a crescente adoção da dieta vegetariana, devido ao também crescente número de blogs e comunidades virtuais que abordam o tema. O site “Sociedade Vegana” (www.sociedadevegana.org) é um exemplo, mas podemos encontrar inúmeros blogs com conteúdo de esclarecimento, receitas, dicas de substituição dos produtos de origem animal⁶, etc. Em contrapartida, a produção e consumo de carne no ocidente tem aumentado de forma significativa. Isto acontece por conta das transformações socioeconômicas que permitem que cada indivíduo onívoro consuma mais carne⁷ em cada refeição.

Portanto a análise da relação entre homens e animais, bem como a relação entre corpos vivos e mortos, a partir de uma perspectiva histórica, perpassa as bases teóricas da História Ambiental, entendida por nós a partir de uma expressão utilizada por Lawrence Buell (2001), ou seja, uma história na qual o “ambiente” e o “ambiental” são entendidos como a síntese das dimensões natural e construída do mundo palpável (BUELL, 2001). Assim, não podemos falar de uma metodologia específica de história ambiental, até porque sua interdisciplinaridade é que a torna importante nos debates. Contudo, é visível que a leitura das ações humanas em relação com o ambiente no passado significa a apropriação do ambiente como categoria, ou como filtro pelo qual toda a interpretação das escolhas sociais em termos de energia, de agricultura e de uso de recursos opera. Christof Mauch, nesse sentido, afirma que, na atualidade, há seis grandes grupos de convergência da preocupação em História Ambiental: uso de recursos e conservação; desastres naturais e cultura de risco; imperialismo ecológico; transformação das paisagens; ética ambiental e, por fim, conhecimento e sociedades do conhecimento (MAUCH, 2010).

No Brasil, as discussões sobre história ambiental foram sistematizadas por José Augusto Pádua, que afirmou ser esta uma intersecção entre humano e não humano. Seguindo então essa perspectiva, entendemos que, para proceder a análise proposta é

⁶ Como os blogs e sites ANDA, Olhar Animal e Veggi e Tal, que inclusive recebem textos de estudiosos do tema em âmbito acadêmico, como a professora Dr. Phil Sonia T. Felipe, cujo o livro “Acertos Abolicionistas: a vez dos animais” (2014) é um conjunto de textos publicados nessas redes.

⁷ De acordo com MAPA. Mercado interno. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/animal/mercado-interno>>. Acesso em:junho/2015.

necessário superarmos o dualismo interpretativo que coloca o “natural” de um lado e o “humano” de outro, em prejuízo da complexidade das relações entre sociedade e natureza (PÁDUA, 2010). Sendo assim, podemos afirmar que a visão que o ser humano tem do ambiente, e dos animais por consequência, não é algo natural, e que as compreensões e maneiras de representá-los são históricas na medida em que se modificam com o passar do tempo.

José Augusto Drummond (1991) também nos aponta porque devemos estudar historicamente o Brasil a partir da perspectiva ambiental, e elenca algumas características para justificar sua afirmação:

Trata-se, primeiro, de um país grande e populoso. É o maior país da América do Sul (ocupando 47,7% de suas terras) e o terceiro maior do continente Americano (20,0% de suas terras). (...) Mesmo sem ser um país propriamente rico ou desenvolvido, o Brasil tem uma economia sujeita a fortes e duradouros ímpetus de crescimento, até hoje baseados em grande parte no consumo extensivo de recursos naturais. (...) Há ainda setores agrícolas e pecuários modernizados que consomem insumos modernos e com grande produção e enormes áreas plantadas como soja, milho, café, frutas e sucos cítricos, açúcar. O país tem grande efetivo de bovinos (e extensas pastagens), suínos e aves. (DRUMMOND, 1991).

Ou seja, segundo Drummond, o Brasil tem sua economia muito baseada na exploração do ambiente e inclusive na produção animal, o que é de grande relevância para o estudo histórico ambiental. Mas como já havia nos colocado José Augusto Pádua, as relações são mais complexas, portanto estudar somente por um viés econômico acaba por se tornar uma análise reducionista. É na intenção de fugir desse reducionismo que esse trabalho se coloca, pois a criação de animais para abate transborda as questões econômicas e atinge profundamente as questões éticas e morais da sociedade.

A produção sistemática de carne aumentou consideravelmente a partir do processo de modernização da indústria, tanto agrícola quanto pecuária. Como coloca Jó Klanovicz, ao falar sobre a modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina, e que podemos tomar de empréstimo para nossa discussão,

acredita-se que a interpretação da agricultura em Santa Catarina a partir de uma História Ambiental pode redimensionar o entendimento do processo moderno como um todo, na medida em que a leitura histórica pode ser deslocada das abordagens estruturalistas calcadas apenas nas atividades humanas, para uma outra que considera ações humanas num coletivo historicamente constituído por humanos e não humanos. (KLANOVICZ, 2011, p. 119).

Apesar de estar trabalhando especificamente com agricultura, podemos utilizar suas premissas dentro do processo de industrialização da carne, pois este aconteceu praticamente em conjunto com a modernização da agricultura, e é importante que seja tratado não apenas como uma ação humana isolada, mas como uma inter-relação dos coletivos humanos e não humanos.

Um dos “avanços” na mudança de sensibilidade em relação aos animais de abate no Brasil diz respeito à criação da lei do “abate humanitário”. Apesar de ser vista como medida paliativa para os ativistas favoráveis a total abolição animal, dentro dos pequenos passos que a mudança de sensibilidade opera, essa lei é vista como ganho.

O decreto que rege essa lei foi colocado a primeira vez em 1934, no mesmo decreto já citado no início do texto⁸, porém perdeu seu status de lei anos depois, e só voltou a esse caráter no ano de 1952, sob o número 30.691, de 29 de março. Duas alterações foram feitas posteriormente em 1962 e 1994, e o que está em regimento hoje, em relação ao abate humanitário, é o de 1997, que diz o seguinte:

Art.135. Só é permitido o sacrifício de animais de açougue por métodos humanitários, utilizando-se de prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria".

§ 1º Os métodos empregados para cada espécie de animal de açougue deverão ser aprovados pelo órgão oficial competente, cujas especificações e procedimentos serão disciplinados em regulamento técnico.

§ 2º É facultado o sacrifício de bovinos de acordo com preceitos religiosos (jugulação cruenta), desde que sejam destinados ao consumo por comunidade religiosa que os requeira ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência." (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

⁸ Citado por Juliana Vergueiro Dias (2009) em sua dissertação de mestrado, já mencionada.

DECRETO Nº 2.244 DE 4 DE JUNHO DE 1997)

Como coloca Juliana Vergueiro Dias,

Esse novo método veio aprimorar todas as soluções que a indústria da carne encontrou para os dilemas decorrentes de sua produção. É assim resultado justamente de exigências mercadológicas, econômicas, estéticas, sanitárias e – aspecto complexo que deverá ser problematizado – éticas do abate. (DIAS, 2009, p. 57).

Ou seja, do ponto de vista da indústria da carne, é uma solução mercadológica, mas se pensarmos em questões morais, o decreto pode ser visto como uma pequena mudança na sensibilidade em relação aos animais de abate, mesmo trazendo um parágrafo que permite que a técnica não seja usada em alguns casos.

De acordo com o Manual Abate Humanitário de Bovinos produzido em 2012 pelos membros brasileiros de um grupo internacional de proteção aos animais chamado WSPA⁹, hoje a técnica que deve ser utilizada para o abate ser considerado humanitário é a “insensibilização por dardo cativo”, que funciona da seguinte maneira:

Os equipamentos de dardo cativo têm como finalidade causar perda imediata da consciência, provocando a inconsciência do bovino sem que haja transdução do estímulo da dor, o qual é obtido em torno de 150 – 200 milésimos de segundo. A força causada pelo impacto do dardo contra o crânio do animal produzirá concussão cerebral o que o torna inconsciente em aproximadamente dois milésimos de segundo, assegurando que o mesmo não sinta dor. Desse modo, não há tempo suficiente para que o estímulo da dor seja traduzido, o que assegura a insensibilização imediata do bovino sem indício de dor. (LUDTKE [et al], 2012, p. 75)

Ainda segundo o manual, existem algumas leis mais recentes que “aperfeiçoam” o bem-estar do animal de abate. São elas:

⁹ Sigla em inglês para “World Society for the Protection of Animals”.

Instrução Normativa N° 3, de 17 de janeiro de 2000, que é um Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue; Ofício Circular N° 550 (24 de agosto de 2011) e 562 (29 de agosto de 2011), que estabelece adaptações da Circular N° 176/2005, na qual se atribui responsabilidade aos fiscais federais para a verificação no local e documental do bem-estar animal através de planilhas oficiais padronizadas; Normativa N° 56, de 06 de novembro de 2008, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico – REBEM, que abrange os sistemas de produção e o transporte e a Instrução Normativa N° 46, de 6 de outubro de 2011, que contempla requisitos de bem-estar animal dentro das normas técnicas para instalações, manejo, nutrição, aspectos sanitários e ambiente de criação nos sistemas orgânicos de produção animal. (LUDTKE [et al], 2012, p. 09)

Esse manual tem por objetivo informar sobre o abate humanitário, visando o bem-estar do animal em todas as etapas da produção de carne. É irônico e interessante ao mesmo tempo, por ser produzido por um grupo de proteção aos animais. A sensibilização existe, mas não chega ao ponto da abolição. Essa é uma visão chamada de “bem-estarismo”, podemos dizer que é o passo intermediário¹⁰ da mudança de sensibilidade.

Percebemos então, através das fontes apresentadas, que uma mudança se operou na mentalidade brasileira nos últimos anos, resultando em alguns avanços em relação às legislações sobre produção animal no país. Uma nova problemática que se coloca, é se os órgãos responsáveis pela fiscalização dos frigoríficos e abatedouros se certificam de que a lei é cumprida. O que permanece no imaginário dos consumidores de carne é a “consciência tranquila” de que o bife que está em sua mesa não sofreu ao morrer.

Referências bibliográficas:

¹⁰ Nesse sentido, percebemos que existe sim uma mudança significativa na sensibilidade em relação aos animais em três níveis: 1) percepção do sofrimento e repulsa a crueldade extrema; 2) movimentos de “bem-estarismo” que buscam o fim do sofrimento, mas sem abrir mão da utilização dos animais em prol humano; e 3) abolicionismo animal, que resulta no ideal vegano.

- BUELL, Lawrence. *Writing for an endangered world*. Boston: Belknap/Harvard University Press, 2001.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- DIAS, Juliana Vergueiro. *O rigor da morte: a construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira*. (Dissertação de mestrado) Campinas: [s.n], 2009.
- DRUMMOND, José Augusto. *Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático*. Varia Historia. Belo Horizonte, n.26, p. 13-32, 2002.
- KLANOVICZ, Jó. Modernismo agrícola e cultivo de macieiras: uma história ambiental da “correção da natureza” em Fraiburgo, Brasil. *Revista Esboços*. Florianópolis, v.18, n.25, p. 118-141, agosto, 2011.
- LUDTKE, Charli Beatriz [et al]. *Abate Humanitário de Bovinos*. Rio de Janeiro, WSPA, 2012.
- MAUCH, C.; TRISCHLER, H. *International Environmental History: Nature as a Cultural Challenge*. Munich: RCC Perspectives, 2010.
- PADUA, José Augusto. *Bases teóricas da História Ambiental*. In: Estudos Avançados, v. 24, p. 81-101, 2010.
- SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Ed. rev. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.